



SIMULADO FINAL

**TCE SC**

**Auditor Fiscal De Controle Externo**  
**Engenharia Civil - Pós-Edital**

# Caderno de Prova

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso TCE-SC, cargo de Auditor Fiscal de Controle Externo - Engenharia Civil;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/LKESHvu6AQip3hQHA>

- |            |            |            |            |             |
|------------|------------|------------|------------|-------------|
| 01 - ABCDE | 21 - ABCDE | 41 - ABCDE | 61 - ABCDE | 81 - ABCDE  |
| 02 - ABCDE | 22 - ABCDE | 42 - ABCDE | 62 - ABCDE | 82 - ABCDE  |
| 03 - ABCDE | 23 - ABCDE | 43 - ABCDE | 63 - ABCDE | 83 - ABCDE  |
| 04 - ABCDE | 24 - ABCDE | 44 - ABCDE | 64 - ABCDE | 84 - ABCDE  |
| 05 - ABCDE | 25 - ABCDE | 45 - ABCDE | 65 - ABCDE | 85 - ABCDE  |
| 06 - ABCDE | 26 - ABCDE | 46 - ABCDE | 66 - ABCDE | 86 - ABCDE  |
| 07 - ABCDE | 27 - ABCDE | 47 - ABCDE | 67 - ABCDE | 87 - ABCDE  |
| 08 - ABCDE | 28 - ABCDE | 48 - ABCDE | 68 - ABCDE | 88 - ABCDE  |
| 09 - ABCDE | 29 - ABCDE | 49 - ABCDE | 69 - ABCDE | 89 - ABCDE  |
| 10 - ABCDE | 30 - ABCDE | 50 - ABCDE | 70 - ABCDE | 90 - ABCDE  |
| 11 - ABCDE | 31 - ABCDE | 51 - ABCDE | 71 - ABCDE | 91 - ABCDE  |
| 12 - ABCDE | 32 - ABCDE | 52 - ABCDE | 72 - ABCDE | 92 - ABCDE  |
| 13 - ABCDE | 33 - ABCDE | 53 - ABCDE | 73 - ABCDE | 93 - ABCDE  |
| 14 - ABCDE | 34 - ABCDE | 54 - ABCDE | 74 - ABCDE | 94 - ABCDE  |
| 15 - ABCDE | 35 - ABCDE | 55 - ABCDE | 75 - ABCDE | 95 - ABCDE  |
| 16 - ABCDE | 36 - ABCDE | 56 - ABCDE | 76 - ABCDE | 96 - ABCDE  |
| 17 - ABCDE | 37 - ABCDE | 57 - ABCDE | 77 - ABCDE | 97 - ABCDE  |
| 18 - ABCDE | 38 - ABCDE | 58 - ABCDE | 78 - ABCDE | 98 - ABCDE  |
| 19 - ABCDE | 39 - ABCDE | 59 - ABCDE | 79 - ABCDE | 99 - ABCDE  |
| 20 - ABCDE | 40 - ABCDE | 60 - ABCDE | 80 - ABCDE | 100 - ABCDE |

## SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

*Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!*

<https://bit.ly/4wmsGGP>

---

**CONHECIMENTOS GERAIS****LÍNGUA PORTUGUESA**

Felipe Luccas

**1. Leia a frase a seguir.**

*Ele vive dizendo que não faz parte da classe política local, mas é porque ainda não percebeu que reproduz exatamente os mesmos vícios daquela corja.*

Sobre a significação ou a estruturação dessa frase, assinale a afirmativa incorreta.

- a) A palavra *corja* assume um valor pejorativo na frase.
- b) A expressão *classe política local* é recuperada pelo termo *corja*.
- c) O termo “que” funciona como conjunção integrante em ambas as ocorrências.
- d) O pronome demonstrativo *daquela corja* se refere a algo não explicado no texto.
- e) O pronome *Ele* não aparece repetido na frase, mas está implícito nas formas verbais *faz*, *percebeu* e *reproduz*.

**2. Assinale a frase em que o termo sublinhado se refere a algo expressamente mencionado antes.**

- a) O trânsito estava um verdadeiro caos; os carros se acumulavam por quilômetros a fio.
- b) Continuo à procura de um apartamento, pois preciso encontrar um teto o quanto antes.
- c) Com a areia repleta de gente, o clima era de total descontração entre os banhistas.
- d) O número de servidores públicos cresceu no Brasil. Alguns setores criticam o excesso de ocupantes de cargos comissionados.
- e) Os alunos entraram em greve junto com os professores; a principal pauta dos discentes é a defesa de melhorias para a instituição.

**3. A substantivação é um processo sintático de transformar outras classes de palavras em substantivos.**

A frase em que isso NÃO ocorre é:

- a) “O recatado de longos meses era agora (castas estrelas!) nada menos que um libertino.” (*Quincas Borba*)
- b) “O mais do tempo é gasto em hortar, jardinar e ler; como bem e não durmo mal.” (*Dom Casmurro*)
- c) “Levantou-se com o passo vagaroso do costume, não aquele vagar arrastado dos preguiçosos” (*Dom Casmurro*)
- d) “Então o Imperador dava outra vez a mão a beijar, e saía, acompanhado de todos nós” (*Dom Casmurro*)
- e) “Comíamos, é verdade, mas era um comer virgulado de palavrinhas doces” (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*)

**4. Em todas as frases abaixo, os termos sublinhados foram substituídos, na continuidade da frase, por pronomes. A única frase em que o pronome substituto não é um pronome relativo, como os demais, é:**

- a) Tudo o que muda a vida vem quieto no escuro, sem preparos de avisar. (*Guimarães Rosa*)
- b) O único lugar onde o sucesso vem antes do trabalho é no dicionário. (*Stubby Currence*)
- c) Quem engana sempre vai encontrar alguém por quem se deixará enganar. (*Maquiavel*)
- d) Das habilidades que o mundo sabe, essa ainda é a que faz melhor: dar voltas. (*José Saramago*)
- e) Nossos motivos mais débeis são aqueles de cuja natureza temos consciência. (*Oscar Wilde*)

5. Assinale a opção em que o elemento destacado possui função diferente dos demais.
- Ganhei aquele velho casaco de lã.
  - A criança chorava de medo do escuro.
  - As provas incriminaram o suspeito de fraude fiscal.
  - Todos comentavam de futebol na parada de ônibus.
  - Todas as manhãs varriamos o quintal de vassoura de palha.
6. Nas frases abaixo os sinais de pontuação foram substituídos por conectores.
- Assinale a frase em que isso foi feito de forma adequada.
- “A palavra é prata, o silêncio é ouro.” (Provérbio popular) / conquanto
  - “Eu não escrevo em português. Escrevo eu mesmo.” (Fernando Pessoa) / logo
  - “Viver é a coisa mais rara do mundo. A maioria das pessoas apenas existe.” (Oscar Wilde) / embora
  - “Minha vida é uma colcha de retalhos. Todos da mesma cor.” (Mario Quintana) / e
  - “A imaginação é mais importante que o conhecimento. O conhecimento é limitado.” (Albert Einstein) / ao passo que
7. Assinale a opção que mostra, corretamente, duas frases com tipos diferentes de voz passiva.
- Não se desespere com o futuro. / Você não seja desesperado com o futuro.
  - Os representantes da turma foram eleitos em votação aberta. / Elegeram os representantes da turma em votação aberta.
  - As obras de Beethoven ainda são ouvidas por gerações. / Por gerações, continuam sendo ouvidas as obras de Beethoven.
  - Compraram-se ontem várias lembranças para os visitantes. / Para os visitantes, ontem várias lembranças foram compradas.
- e) Destruíram-se as vidraças dos prédios públicos no protesto. / Manifestantes destruíram as vidraças dos prédios públicos no protesto.
8. Assinale a opção que apresenta a frase que está rigorosamente de acordo com a norma culta da Língua Portuguesa.
- Os jesuítas realizavam sua missão evangelizadora por meio da catequização dos povos indígenas.
  - Aos professores do Brasil, hoje meu parabéns é dedicado especialmente para vocês.
  - O paciente relatou uma queda na libido após o início do tratamento prescrito.
  - Parques, ciclovias e praças tratam-se, pelo urbanista, de áreas de convívio essencial.
  - O professor não permitiu com que o aluno entregasse o trabalho em outro dia.
9. As frases abaixo mostram um nome próprio sublinhado. A frase em que esse nome próprio foi eficientemente identificado para o leitor é:
- Sou amigo de Platão, mas sou mais amigo da verdade. (Aristóteles)
  - Nunca se esqueça que tudo o que Hitler fez na Alemanha era legal. (Martin Luther King)
  - Até a legendária Atlântida / na noite em que o mar a engoliu / viu afogados gritar por seus escravos. (Bertolt Brecht)
  - Maquiavel, fingindo dar lições aos Príncipes, deu grandes lições ao povo. (Jean-Jacques Rousseau)
  - Herói nacional, o túmulo do marechal Floriano Peixoto foi transmutado na arca da aliança da rebeldia impenitente. (Euclides da Cunha)
10. Assinale a frase que se enquadra entre os textos injuntivos.
- Ser você mesmo exige coragem.
  - Quem procura, sempre acha.
  - Não busquemos ser servidos, mas servir.
  - Todos querem ser felizes aqui e agora.
  - Não só de conquistas a vida é feita.

**RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO***Eduardo Mocellin*

**11.** Um engenheiro do TCE SC está acompanhando a execução de um reservatório de água em uma obra pública. No primeiro mês, foi executado  $\frac{1}{3}$  da obra. No segundo mês, foi executada a metade do que estava faltando para a obra ser concluída. No terceiro mês, foi executado  $\frac{1}{9}$  da obra. A fração da obra que falta ser concluída é

- a)  $\frac{1}{9}$ .
- b)  $\frac{1}{3}$ .
- c)  $\frac{2}{9}$ .
- d)  $\frac{1}{6}$ .
- e)  $\frac{1}{4}$ .

**12.** O presidente do TCE SC determinou que, nos primeiros 100 dias de sua gestão, em caráter emergencial, fossem realizados plantões especiais nos serviços de atendimento ao público em todos os sábados e domingos daquele período. Se o primeiro dia desse mandato caiu em uma sexta-feira, o total de plantões especiais realizados no período de 100 dias foi igual a

- a) 26.
- b) 27.
- c) 28.
- d) 29.
- e) 30.

**13.** O valor mensal  $p$  de um contrato de prestação de serviços firmado pelo TCE SC deveria ser reajustado a cada mês com a taxa fixa de 3%, aplicada sobre o valor do mês imediatamente anterior. Um cálculo que pode ser utilizado para determinar a porcentagem total de reajuste ( $R$ ) desse valor, após 12 meses desses reajustes, é

- a)  $R = (1,3 \times 12 - 1) \times 100\%$ .
- b)  $R = (1,3^{12} - 1) \times 100\%$ .

c)  $R = (1,03 \times 12 - 1) \times 100\%$ .

d)  $R = (1,03^{12} - 1) \times 100\%$ .

e)  $R = (1,03^{11} - 1) \times 100\%$ .

**14.** Bruno, auditor do TCE SC, realiza inspeções deslocando-se de carro. Em sua penúltima missão, percorreu 1 quilômetro a cada 90 segundos. Ele fez isso durante 12 minutos. Em sua última missão, Bruno acelerou e percorreu 1 quilômetro a cada 75 segundos. Ele fez isso também durante 12 minutos. A distância a mais, em metros, que Bruno percorreu na última missão, em relação à penúltima, é igual a

- a) 2.200.
- b) 1.850.
- c) 1.600.
- d) 1.420.
- e) 1.390.

**15.** O TCE SC implantou uma central com 3 servidores eletrônicos de monitoramento independentes, conectados a setores distintos. No momento de qualquer alerta crítico, os três servidores enviam notificações codificadas simultaneamente. A partir daí, um deles repete o envio da mensagem a cada 15 segundos, o outro a cada 25 segundos, e o terceiro, a cada 30 segundos. Caso ocorra qualquer alerta crítico, o menor intervalo de tempo decorrido entre envios simultâneos de mensagens pelos três servidores será igual a

- a) 3 min 15 s.
- b) 2 min 50 s.
- c) 2 min 30 s.
- d) 2 min 25 s.
- e) 1 min 50 s.

**16.** Mara, Roberta, Alice e Vivian, auditoras do TCE SC, receberam, cada uma, uma pasta de auditoria sobre um setor distinto da administração pública. Os setores eram Material, Recursos Humanos, Aquisições e Veículos, sendo que cada uma das quatro auditoras recebeu uma pasta cujo nome do setor não começava com a primeira letra do seu nome. Sabe-se que Alice recebeu a pasta de Recursos Humanos, e que nem Roberta nem Vivian receberam a pasta de Aquisições. Sendo assim, é correto afirmar que

- a) Vivian recebeu a pasta de Veículos.
- b) Vivian recebeu a pasta de Material.
- c) Roberta recebeu a pasta de Material.
- d) Mara recebeu a pasta de Veículos.
- e) Roberta recebeu a pasta de Recursos Humanos.

**17.** O setor de protocolo do TCE SC resolveu modernizar sua estrutura. Funcionando 18 horas por dia, os equipamentos antigos processavam 2.750 documentos por mês. Ao realizar a substituição de todos os equipamentos por novos sistemas mais modernos, percebeu-se que os novos equipamentos processam, em um mesmo intervalo de tempo, 120% dos documentos processados pelos antigos. Além disso, por conta do avanço tecnológico, os novos sistemas são mais resistentes, de modo que ficarão ligados 24 horas por dia. Após a atualização do parque tecnológico, o aumento do número de documentos processados mensalmente pelo setor foi de

- a) 1.650.
- b) 2.100.
- c) 2.900.
- d) 3.350.
- e) 4.400.

**18.** No sistema eletrônico de auditoria do TCE SC, cada relatório é codificado por uma sequência composta apenas pelos algarismos 3 ou 5. A sequência formada pelos códigos dos relatórios é

$((3, 5); (3, 3, 3); (5, 5); (3, 3, 5); \dots)$ , em que cada termo é, por sua vez, uma sequência contendo apenas os números 3 ou 5. Dentro da lógica de formação da sequência, cada termo deve ter o menor número possível de elementos. Dessa forma, o número de elementos contidos no décimo oitavo termo é igual a

- a) 4.
- b) 6.
- c) 7.
- d) 8.
- e) 5.

**19.** Tatiana, Beatriz, Camila e Diana, servidoras do TCE SC, sentam-se em uma mesa hexagonal de uma sala de reuniões, com seis assentos dispostos um em cada vértice. Sabe-se que Camila se senta imediatamente à direita de Tatiana e em frente a Beatriz; e que Diana não se senta em frente a um lugar vazio. Dessa forma, é correto afirmar que, necessariamente,

- a) Beatriz se senta imediatamente ao lado de dois lugares vazios.
- b) Diana se senta imediatamente ao lado de Beatriz.
- c) Tatiana se senta em frente a Beatriz.
- d) Camila se senta imediatamente ao lado de dois lugares vazios.
- e) Camila está tão distante de Beatriz na mesa quanto está de Tatiana.

**20.** Em uma reunião entre auditores do TCE SC sobre experiência profissional, concluiu-se que: alguns servidores do setor A já atuaram no setor B; nenhum servidor do setor C já atuou no setor B. Considerando-se tais conclusões como verdadeiras, é necessariamente verdadeiro que

- a) algum servidor do setor C já atuou no setor A.
- b) algum servidor do setor A já atuou no setor C.
- c) nenhum servidor do setor A já atuou no setor C.
- d) algum servidor do setor A nunca atuou no setor C.
- e) todo servidor do setor B já atuou no setor A.

**ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO***Rodrigo Bet*

**21.** No âmbito das ações de controle externo realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, determinado auditor analisou informações relacionadas à celebração de acordo de não persecução civil em ação de improbidade administrativa. À luz da Lei nº 8.429/1992 e da jurisprudência do STJ, assinale a alternativa correta.

- a) O acordo de não persecução civil somente pode ser celebrado antes do ajuizamento da ação de improbidade administrativa.
- b) A homologação judicial do acordo de não persecução civil é vedada após a sentença de mérito.
- c) O acordo de não persecução civil pode ser celebrado no curso da investigação, da ação ou da execução da sentença.
- d) O descumprimento do acordo impede a celebração de novo ajuste pelo prazo máximo de 2 anos.
- e) A celebração do acordo dispensa a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida.

**22.** Durante auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, discutiu-se a responsabilização de determinado agente público por ato de improbidade administrativa. Considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, assinale a alternativa correta.

- a) As sanções por improbidade administrativa dependem da prévia aplicação de sanções penais.
- b) A absolvição criminal jamais produz efeitos sobre a ação de improbidade administrativa, em razão da independência das instâncias.
- c) O agente absolvido na esfera penal por insuficiência probatória não poderá responder por improbidade administrativa.
- d) A apresentação da declaração de bens somente é exigida na posse do cargo público.
- e) As sanções aplicadas em outras esferas poderão ser compensadas com aquelas impostas nos termos da Lei de Improbidade Administrativa.

**23.** Em auditoria conduzida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, verificou-se que determinada pessoa jurídica pretendia celebrar acordo de leniência com fundamento na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção). Considerando os requisitos legais para celebração do acordo, assinale a alternativa correta.

- a) O acordo de leniência poderá ser celebrado ainda que a pessoa jurídica continue praticando a infração após a proposta do acordo.
- b) A pessoa jurídica interessada deve admitir sua participação no ilícito e cooperar plena e permanentemente com as investigações e o processo administrativo.
- c) A celebração do acordo exige autorização prévia do Poder Judiciário.
- d) A pessoa jurídica não precisa ser a primeira a manifestar interesse em cooperar para a apuração do ato ilícito.
- e) A cooperação da pessoa jurídica encerra-se com a assinatura do acordo de leniência.

24. No contexto das normas de conduta digital previstas no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, a Resolução TCE-SC nº 252/2024 dispõe sobre o uso de redes sociais durante o expediente. Com base nessa resolução, assinale a alternativa correta.

- a) O uso de redes sociais durante o expediente é integralmente proibido aos servidores do TCE-SC.
- b) O uso de redes sociais durante o expediente é permitido apenas para fins particulares e em horários de intervalo.
- c) O uso de redes sociais durante o expediente é permitido exclusivamente para fins relacionados ao interesse público, como contato técnico, consulta de conteúdo, resposta ao cidadão e melhoria institucional.
- d) A utilização de redes sociais durante o expediente depende de autorização judicial específica.
- e) O acesso a redes sociais durante o expediente é permitido livremente, desde que não haja divulgação de informações sigilosas.

### **ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO - LEIS 8.429 E 12.846**

*Antônio Daud*

25. A empresa Tecnovia S.A., envolvida em cartel em licitações de obras públicas estaduais, procurou espontaneamente a Controladoria-Geral do Estado para colaborar com as investigações. A empresa confessou sua participação, identificou outros coautores e forneceu documentos que comprovavam o esquema. Após cumpridas as negociações, a CGE celebrou um acordo de leniência com a Tecnovia S.A. O advogado da empresa passou a orientar os clientes sobre os exatos benefícios obtidos com a celebração do acordo.

Sobre os efeitos do acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846/2013, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O acordo de leniência isenta a Tecnovia S.A. das sanções previstas na Lei nº 12.846/2013, inclusive a multa e o ressarcimento ao erário.
- b) O acordo isenta a empresa da publicação extraordinária da decisão condenatória e da proibição de receber incentivos públicos, mas não a exime da obrigação de reparar integralmente o dano.
- c) O acordo de leniência impede automaticamente o ajuizamento de ação de improbidade administrativa pelo Ministério Público em relação aos mesmos fatos.
- d) A celebração do acordo suspende a pretensão punitiva do Estado enquanto a empresa estiver em cumprimento, mas, após o cumprimento integral, as sanções voltam a ser exigíveis normalmente.
- e) O acordo de leniência somente pode ser firmado se a empresa ainda não for alvo de investigação formal ou processo administrativo em curso.

26. Fernanda, servidora pública estadual, utilizou-se do cargo para obter, em proveito próprio, o pagamento de consultoria fictícia por parte de empresa com a qual o Estado mantinha contrato. O esquema resultou em aumento patrimonial da servidora em R\$ 300.000,00. Condenada em ação de improbidade ajuizada pelo Ministério Público Estadual, tendo havido inclusive o trânsito em julgado, o juiz determinou a aplicação cumulativa de todas as sanções legalmente cabíveis para a modalidade de enriquecimento ilícito, na sua máxima extensão.

Com base na Lei nº 8.429/1992, na redação atual, assinale a alternativa que apresenta corretamente as sanções aplicáveis ao ato de enriquecimento ilícito (art. 9º).

- a) Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente, ressarcimento integral do dano, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 8 a 10 anos e pagamento de multa civil.
- b) Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente, ressarcimento integral do dano se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos por 14 anos e pagamento de multa civil equivalente a R\$ 300 mil.
- c) Apenas ressarcimento integral do dano e suspensão dos direitos políticos de 14 anos, pois a perda da função pública depende de processo administrativo disciplinar autônomo.
- d) Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente, ressarcimento integral do dano, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 12 anos, e multa civil de R\$ 150 mil.
- e) Ressarcimento integral do dano, suspensão dos direitos políticos de 5 a 8 anos, pagamento de multa de até 3 vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

*Fabiano Pereira*

27. O prefeito de determinado município concedeu autorização administrativa para funcionamento de quiosque em praça pública ao comerciante João, por meio de ato praticado por autoridade municipal que, posteriormente, verificou-se não ser a competente para a concessão desse tipo de autorização.

Constatou-se, entretanto, que o vício era sanável, que o ato atendia ao interesse público e que não houve prejuízo a terceiros. Diante dessa situação, a Administração decidiu regularizar o ato, preservando seus efeitos.

Considerando o instituto da convalidação dos atos administrativos, assinale a opção **correta**.

- a) A Administração deve revogar o ato por motivo de ilegalidade, produzindo efeitos retroativos, pois todo vício impede a manutenção dos efeitos do ato.
- b) A Administração deve anular o ato, uma vez que qualquer vício, ainda que sanável, impede a correção do ato administrativo.
- c) A Administração pode convalidar o ato, sanando o vício de competência e mantendo seus efeitos jurídicos, desde que não haja prejuízo ao interesse público nem a terceiros.
- d) A convalidação somente pode ocorrer mediante decisão judicial, sendo vedada a atuação direta da Administração para corrigir seus próprios atos.
- e) A convalidação é vedada quando o vício recair sobre a competência, ainda que não se trate de competência exclusiva.

28. No âmbito da Secretaria de Administração de determinado Estado, o diretor do departamento de pessoal, preocupado com falhas recorrentes no controle de frequência dos servidores, determinou que o servidor João passasse a executar tarefas específicas relacionadas à conferência de registros eletrônicos.

Após sucessivos erros no desempenho dessas atividades, o diretor decidiu avocar temporariamente a competência atribuída a João, assumindo pessoalmente a responsabilidade pelo setor até que as falhas fossem sanadas e o serviço reorganizado.

Considerando a situação descrita e os poderes administrativos, assinale a opção **correta**.

- a) A conduta do diretor caracteriza exercício do poder disciplinar, pois houve substituição de servidor em razão de falhas no desempenho funcional, o que implica aplicação indireta de penalidade administrativa.
- b) A avocação realizada pelo diretor é manifestação do poder hierárquico, que permite ao superior assumir, de forma excepcional e motivada, atribuições inicialmente conferidas a subordinado.
- c) A avocação de competências é manifestação do poder regulamentar, pois envolve a edição de ato administrativo destinado a reorganizar a estrutura interna da Administração.
- d) A medida adotada caracteriza exercício do poder de polícia, por envolver imposição de restrições ao servidor em benefício do interesse coletivo.
- e) A avocação de competências é vedada no âmbito da Administração Pública, pois cada agente deve exercer exclusivamente as atribuições definidas em lei, sem possibilidade de interferência do superior hierárquico.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

*Emerson Bruno*

29. A Constituição Federal de 1988 prevê que a população brasileira em situação de vulnerabilidade social possui direito à renda básica familiar, a ser assegurada pelo Estado mediante programa permanente de transferência de renda, cuja regulamentação dependerá de lei específica e deverá respeitar as regras fiscais e orçamentárias.

Considerando essa previsão constitucional, assinale a alternativa que indica corretamente a classificação da eficácia da norma constitucional mencionada.

- a) contida e de aplicabilidade imediata.
- b) limitada e de princípio programático.
- c) plena.
- d) contida.
- e) limitada e de princípio institutivo.

30. Considere as hipóteses apresentadas a seguir:

- I – Helena, brasileira nata, solicitou a aquisição da nacionalidade portuguesa.
- II – Camila, brasileira naturalizada e canadense, manifestou expressamente o desejo de perder a nacionalidade brasileira.
- III – João, brasileiro nato, adquiriu outra nacionalidade em razão de naturalização voluntária.
- IV – Renata, brasileira naturalizada, teve cancelada sua naturalização por decisão judicial em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

À luz das disposições da Constituição Federal de 1988 e considerando exclusivamente as informações apresentadas, é correto afirmar que perderão a nacionalidade brasileira as pessoas mencionadas nas assertivas:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) II e III.
- e) I e IV.

**DIREITO FINANCEIRO***Leandro Ravynelle*

**31.** Em um seminário de capacitação sobre orçamento público, servidores de determinado Tribunal discutiram a função contemporânea da lei orçamentária diante das mudanças constitucionais recentes, da maior transparência fiscal e da ampliação dos mecanismos de controle da execução orçamentária. Um dos participantes afirmou que o orçamento não deve ser compreendido apenas como peça contábil ou administrativa, mas como instrumento de planejamento, decisão política, controle democrático e gestão responsável dos recursos públicos.

Considerando os princípios orçamentários, a Constituição Federal de 1988 e a legislação de finanças públicas, assinale a afirmativa correta.

- a) O princípio da anualidade impede que programas governamentais previstos no Plano Plurianual tenham execução continuada em mais de um exercício financeiro.
- b) A lei orçamentária possui natureza exclusivamente contábil, razão pela qual não se submete a controle político quanto às escolhas públicas nela refletidas.
- c) A vinculação de receitas de impostos constitui técnica ordinária e amplamente admitida de gestão orçamentária, podendo ser livremente instituída por lei ordinária.
- d) O orçamento público expressa escolhas alocativas democráticas, integra o sistema de planejamento estatal e está sujeito a controles político, técnico, jurídico e social.
- e) O controle orçamentário restringe-se à verificação da compatibilidade formal da LOA com o procedimento legislativo, sendo irrelevante a análise de execução, resultados e transparência fiscal.

**32.** No âmbito do ciclo orçamentário de determinado Estado, o Governador encaminhou à Assembleia Legislativa os projetos relativos ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual. Durante a tramitação, parlamentares discutiram os limites ao poder de emenda, a compatibilidade entre os instrumentos de planejamento e os anexos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Considerando a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000, assinale a afirmativa correta.

- a) Se o Poder Executivo estadual não encaminhar a proposta orçamentária no prazo previsto, o Poder Legislativo poderá elaborar integralmente novo projeto de lei orçamentária, sem tomar como referência a proposta orçamentária vigente.
- b) As emendas parlamentares ao projeto de lei orçamentária podem indicar, como fonte de recursos, a anulação de dotações destinadas ao serviço da dívida, desde que haja justificativa de interesse público e compatibilidade com a LDO.
- c) A Lei Orçamentária Anual, por possuir vigência restrita ao exercício financeiro, dispensa compatibilidade com o Plano Plurianual, bastando que estime receitas e fixe despesas em equilíbrio formal.
- d) A sessão legislativa pode ser interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, desde que o projeto de lei orçamentária anual já tenha sido encaminhado pelo Poder Executivo.
- e) A Lei de Diretrizes Orçamentárias deve ser acompanhada de Anexo de Metas Fiscais, com metas anuais em valores correntes e constantes para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes, e de Anexo de Riscos Fiscais, com avaliação dos passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

**INFORMÁTICA***Renato da Costa*

**33.** Ao utilizar o Windows 10/11, um usuário deseja acessar rapidamente o recurso de conexão/projeção sem fio e, em seguida, minimizar todas as janelas abertas, podendo restaurá-las pelo mesmo atalho caso mude de ideia. Os atalhos corretos são, respectivamente:

- a) Windows + P e Windows + D
- b) Windows + K e Windows + M
- c) Windows + K e Windows + D
- d) Windows + I e Windows + M
- e) Windows + P e Windows + Shift + M

**34.** No Microsoft Word, ao utilizar caracteres curinga no recurso “Localizar e Substituir”, assinale a alternativa que apresenta uma palavra que poderia ser localizada pela pesquisa por:

**M?i?o**

- a) Muito
- b) Maio
- c) Meio
- d) Mico
- e) Mato

**35.** Em uma planilha do Microsoft Excel, ao processar uma fórmula, o programa segue uma ordem de precedência entre os operadores. Considerando essa ordem, assinale a alternativa correta.

- a) Adição/subtração, multiplicação/divisão, exponenciação, porcentagem e operadores de referência.
- b) Multiplicação/divisão, adição/subtração, operadores de referência, porcentagem e exponenciação.
- c) Operadores de referência, negação, porcentagem, exponenciação, multiplicação/divisão e adição/subtração.
- d) Exponenciação, porcentagem, negação, adição/subtração e multiplicação/divisão.

e) Parênteses, adição/subtração, multiplicação/divisão, exponenciação e operadores de referência.

**36.** Sobre a função PROCX, também conhecida como XLOOKUP, no Microsoft Excel, assinale a alternativa correta.

- a) A função PROCX possui apenas quatro argumentos obrigatórios, sendo idêntica ao PROCV em sua estrutura lógica.
- b) O argumento matriz\_de\_retorno é opcional e, se omitido, o Excel retorna o valor da matriz\_de\_pesquisa.
- c) A função pode pesquisar em diferentes direções, inclusive de cima para baixo ou de baixo para cima, e a correspondência exata é o padrão quando o modo de correspondência não é informado.
- d) A sintaxe da função exige obrigatoriamente seis argumentos, todos indispensáveis para a busca.
- e) O erro #N/D no PROCX não pode ser personalizado dentro da própria função.

**ANÁLISE DE DADOS***Emannuelle Gouveia*

**37.** Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma relação entre tipos de dados e boas práticas em iniciativas de dados abertos.

- a) Dados estruturados dispensam documentação e padronização, pois já possuem organização tabular.
- b) Dados semiestruturados, como JSON e XML, podem facilitar interoperabilidade entre sistemas distintos.
- c) Dados não estruturados somente podem ser armazenados em bancos relacionais.
- d) O uso de formatos legíveis por máquina reduz a transparência das informações públicas.
- e) Dados abertos devem ser disponibilizados preferencialmente em formatos proprietários e fechados.

**38.** Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma aplicação de técnicas analíticas em auditoria contínua e detecção de fraudes.

- a) A identificação de transações fora do comportamento esperado pode ser realizada por técnicas de detecção de outliers.
- b) A análise de redes é utilizada exclusivamente para aumentar desempenho de consultas em bancos relacionais.
- c) Indicadores de risco (red flags) eliminam a necessidade de monitoramento contínuo das operações.
- d) O monitoramento em tempo real impede a ocorrência de eventos suspeitos em sistemas corporativos.
- e) A análise de risco baseada em dados dispensa o uso de critérios estatísticos e históricos operacionais.

**39.** Assinale a alternativa correta acerca dos mecanismos utilizados em governança de dados.

- a) O glossário de negócios é utilizado exclusivamente para armazenar registros físicos de tabelas em bancos de dados.
- b) O dicionário de dados possui como principal finalidade monitorar tráfego de rede em ambientes distribuídos.
- c) Data lineage elimina a necessidade de controle de qualidade dos dados ao longo dos processos de integração.
- d) Metadados não devem ser utilizados em catálogos de dados, pois comprometem desempenho analítico.
- e) O data lineage permite rastrear a origem, transformações e movimentações dos dados ao longo dos sistemas.

**40.** Considere a tabela FUNCIONARIOS, que possui as colunas ID\_FUNC, NOME, DEPARTAMENTO e SALARIO. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma consulta SQL capaz de retornar o maior salário de cada departamento.

- a) `SELECT DEPARTAMENTO, MAX(SALARIO) FROM FUNCIONARIOS;`
- b) `SELECT MAX(SALARIO), DEPARTAMENTO FROM FUNCIONARIOS ORDER BY DEPARTAMENTO;`
- c) `SELECT DEPARTAMENTO, MAX(SALARIO) FROM FUNCIONARIOS GROUP BY DEPARTAMENTO;`
- d) `SELECT DEPARTAMENTO, SALARIO FROM FUNCIONARIOS GROUP BY MAX(SALARIO);`
- e) `SELECT GROUP BY DEPARTAMENTO, MAX(SALARIO) FROM FUNCIONARIOS;`

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

#### AUDITORIA GOVERNAMENTAL, COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCO E GESTÃO DE RISCO

*Guilherme Sant'Anna*

**41.** No âmbito da auditoria governamental, assinale a afirmativa correta a respeito dos elementos básicos da auditoria no setor público.

- a) O objeto da auditoria corresponde ao relatório final produzido pela equipe, pois é nele que se materializa a avaliação segundo critérios.
- b) Os critérios de auditoria consistem nas conclusões formuladas ao término dos exames, servindo para justificar o juízo profissional do auditor.
- c) Nas auditorias do setor público, os elementos básicos variam conforme o tipo de trabalho, razão pela qual não se pode falar em estrutura comum mínima aplicável às auditorias financeira, operacional e de conformidade.
- d) O objeto da auditoria pode consistir em informação, condição ou atividade que seja mensurada ou avaliada de acordo com determinados critérios.
- e) Os usuários previstos se confundem com a parte responsável, pois ambos exercem, no mesmo plano, a função de prestar contas sobre o objeto examinado.

- 42.** Em relação aos instrumentos de fiscalização utilizados pelos tribunais de contas, assinale a afirmativa correta.
- a) O monitoramento destina-se, primordialmente, à coleta inicial de informações sobre órgãos, programas e atividades, para subsidiar futura proposição de ações de controle.
  - b) O levantamento é instrumento apropriado para verificar o cumprimento de deliberações anteriormente proferidas e a implementação de determinações e recomendações.
  - c) O acompanhamento é o instrumento vocacionado a examinar, ao longo de determinado período, a legalidade, a legitimidade e o desempenho de atos de gestão à medida que são praticados.
  - d) A inspeção tem por característica essencial ser utilizada para validar matrizes de responsabilização já concluídas.
  - e) A auditoria, diferentemente dos demais instrumentos, não pode ser utilizada para avaliação de desempenho, limitando-se ao controle estrito de legalidade.
- 43.** Na elaboração da matriz de planejamento de uma auditoria governamental, assinale a afirmativa correta.
- a) A matriz de planejamento deve registrar, desde logo, os achados consolidados, as causas apuradas e as propostas de encaminhamento, a fim de orientar a coleta confirmatória de evidências.
  - b) A indicação dos procedimentos de auditoria e das informações ou dados necessários à resposta das questões de auditoria íntegra, em regra, a matriz de planejamento.
  - c) A matriz de planejamento é elaborada ao término da execução, para sintetizar a coerência entre evidências, achados e responsabilização.
  - d) A situação encontrada deve compor a matriz de planejamento, pois constitui pressuposto lógico para a definição dos critérios.
  - e) A matriz de planejamento não se compatibiliza com auditorias operacionais, sendo instrumento próprio de auditorias de conformidade.
- 44.** Quanto ao risco de auditoria no setor público, assinale a afirmativa correta.
- a) O risco de auditoria corresponde exclusivamente ao risco de detecção, uma vez que os riscos inerente e de controle pertencem à esfera de responsabilidade do gestor.
  - b) Em trabalhos de asseguuração limitada, o risco de auditoria deve ser eliminado, visto que a conclusão emitida é menos robusta do que na asseguuração razoável.
  - c) O risco inerente relaciona-se à suscetibilidade de ocorrência de distorção, desconformidade ou desvio relevante antes da consideração de controles existentes.
  - d) O risco de controle refere-se à possibilidade de o auditor selecionar procedimentos inadequados na fase de execução.
  - e) O risco de auditoria somente é aplicável à auditoria financeira, não sendo conceito tecnicamente aproveitável na auditoria de conformidade ou operacional.
- 45.** Em uma auditoria de conformidade, a equipe pretende obter evidência independente acerca dos saldos informados por bancos operadores, fornecedores e beneficiários de determinado programa público. Nesse caso, a técnica mais apropriada é a:
- a) observação.
  - b) circularização.
  - c) revisão analítica.
  - d) inspeção física.
  - e) entrevista.

**46.** Sobre as evidências de auditoria, assinale a afirmativa correta.

- a) A suficiência refere-se à medida da quantidade de evidência, enquanto a adequação se relaciona à sua qualidade, especialmente relevância e confiabilidade.
- b) A adequação da evidência é definida exclusivamente pela sua origem externa, sendo irrelevante a conexão lógica com o objetivo do procedimento aplicado.
- c) A quantidade de evidência obtida dispensa a avaliação de sua confiabilidade, desde que os papéis de trabalho demonstrem ampla cobertura amostral.
- d) A evidência testemunhal, por decorrer de declarações formais, prevalece necessariamente sobre a documental e sobre a observação direta do auditor.
- e) A suficiência da evidência torna dispensável o julgamento profissional, pois a conclusão decorre automaticamente do volume de informações reunidas.

**47.** No que se refere aos achados de auditoria e às “famosas” matrizes, assinale a afirmativa correta.

- a) A matriz de responsabilização tem por finalidade principal organizar questões, critérios, procedimentos e fontes de evidência antes do início da execução.
- b) O critério representa a situação encontrada pelo auditor, ao passo que a condição expressa o padrão normativo ou referencial adotado para comparação.
- c) A matriz de achados é instrumento típico do planejamento, voltado à escolha preliminar dos objetos a serem fiscalizados segundo risco e materialidade.
- d) Em regra, os elementos do achado incluem situação encontrada, critério, causa e efeito, aos quais se podem agregar evidências e propostas de encaminhamento.
- e) A caracterização do achado prescinde da definição do critério, desde que haja percepção técnica do auditor acerca da impropriedade verificada.

**48.** Sobre governança, transparência, accountability e compliance aplicados ao setor público, assinale a afirmativa correta.

- a) Accountability se esgota na obrigação de publicar dados e relatórios, sendo desnecessária a existência de mecanismos de responsabilização.
- b) Governança e governabilidade são conceitos sinônimos, razão pela qual a distinção entre capacidade política e arranjos de direção, monitoramento e controle é irrelevante.
- c) O compliance público se limita à observância de normas legais, não abrangendo integridade, prevenção, detecção e resposta a desvios.
- d) A transparência, por si só, substitui os mecanismos de controle interno e de auditoria, já que a publicidade dos atos elimina o risco de irregularidades.
- e) A auditoria governamental contribui para a accountability ao fornecer avaliações independentes que podem ampliar transparência, aprendizado institucional e responsabilização.

## GOVERNANÇA

*Stefan Fantini*

**49.** Indique a alternativa que traz a correta diferenciação entre Gestão Pública e Governança Pública.

- a) A governança pública é responsável por planejar, executar e controlar.
- b) A gestão pública envolve avaliar, dirigir e monitorar.
- c) Gestão e governança são funções iguais no setor público, portanto, não apresentam diferenças.
- d) A gestão pública foca em economicidade e efetividade.
- e) A governança pública tem função direcionadora e a gestão pública tem função realizadora.

**50.** O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, ao fiscalizar determinada entidade jurisdicionada, identificou oportunidades de melhoria e expediu recomendações voltadas ao aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos e da execução orçamentária. Essa forma de atuação caracteriza a chamada:

- a) Accountability fiscal
- b) Accountability horizontal
- c) Accountability social
- d) Accountability vertical
- e) Accountability participativa

## **CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

*Herbert Almeida*

**51.** O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE SC) exerce competência consultiva por meio da resposta a consultas formuladas por autoridades. Sobre o processamento e a natureza desta ferramenta, é correto afirmar:

- a) A resposta à consulta, exarada por no mínimo dois terços dos membros do TCE, constitui prejuízo da tese, mas não de fato ou de caso concreto.
- b) A formulação de consulta é aberta a todo e qualquer cidadão que deseje dirimir dúvidas sobre a aplicação de leis financeiras.
- c) A consulta somente terá prosseguimento quando atender a todos os requisitos de admissibilidade.
- d) Quando encaminhar a consulta, o consulente deve se abster de requisitar parecer de sua assessoria técnica ou jurídica, quando existente, para evitar contradições com a resposta do Tribunal.
- e) Os responsáveis pelo sistema de controle interno não podem formular consulta ao TCE, em razão do caráter fiscalizatório da sua atuação.

**52.** Sobre o processo de eleição do Presidente, Vice-Presidente e Corregedor-Geral, o Regimento Interno do TCE SC traz regras bem definidas. Marque a alternativa que indica corretamente as características da eleição no TCE.

- a) A eleição ocorre em sessão ordinária na primeira quinzena de fevereiro de cada ano.
- b) A eleição será realizada em sessão extraordinária na segunda quinzena de setembro, para mandato de dois anos, permitida a reeleição por um período de igual duração.
- c) A eleição deve ser realizada imediatamente após a posse de qualquer novo conselheiro, para que o Corpo Diretivo siga a vontade da maioria dos membros.
- d) A eleição deverá ocorrer em sessão especial convocada pelo Governador do Estado no mês de março.
- e) A eleição ocorre em sessão extraordinária, exigindo-se a presença mínima de cinco conselheiros, inclusive o que presidir o ato, com participação e voto dos auditores e membros do Ministério Público de Contas.

**53.** Conforme as normas aplicáveis, as decisões proferidas pelo Tribunal de Contas em um processo de prestação ou de tomada de contas podem ser classificadas em preliminares, definitivas ou terminativas. Caracteriza-se a decisão preliminar quando o Tribunal:

- a) Ordenar o trancamento das contas consideradas ilíquidas devido a caso fortuito.
- b) Julgar as contas regulares com ressalva mediante a constatação de pequenas falhas formais.
- c) Determinar o arquivamento do processo por critérios de racionalização administrativa.
- d) Condenar o responsável ao pagamento do débito apurado, julgando as contas irregulares.
- e) Sobrestar o julgamento, ordenar a citação dos responsáveis ou determinar outras diligências.

**54.** A representação é um procedimento muito semelhante à denúncia, diferindo essencialmente em sua origem. Sobre a representação, assinale a alternativa correta.

- a) Qualquer cidadão no pleno gozo de seus direitos políticos pode autuar formalmente uma representação.
- b) Serão autuados como representação os requerimentos recebidos com fundamento na nova Lei de Licitações, oriundos de licitantes ou contratados.
- c) Diferentemente da denúncia, não é exigido que a representação verse sobre matéria de competência do Tribunal de Contas.
- d) Caso a representação seja formulada por um Conselheiro, ela deverá passar pelo mesmo exame prévio de admissibilidade de uma denúncia comum.
- e) Os responsáveis por órgãos de controle interno estadual não possuem legitimidade para formular representação ao Tribunal.

**55.** Acerca dos recursos cabíveis em face das deliberações do Tribunal, é correto afirmar que:

- a) Todo parecer prévio emitido na apreciação das contas dos prefeitos municípios admite impugnação unicamente via recurso de reconsideração.
- b) Recursos processados e interpostos para questionar as decisões do Tribunal gozam de efeito suspensivo genérico obrigatório, aplicável até a decisão do colegiado sobre o ponto impugnado.
- c) O Relator não poderá conhecer recurso interposto fora do prazo, ainda que se trate de pedido de correção de inexatidões materiais.
- d) De acórdão proferido em processos de prestação ou tomada de contas, inclusive tomada de contas especial, cabe somente recurso de reconsideração.
- e) Se surgirem fatos novos supervenientes que comprovem que os atos praticados pelo recorrente não causaram, efetivamente, quaisquer prejuízos

ao erário, será possível conhecer de recursos interpostos fora do prazo.

**56.** Zelda é servidora do Tribunal de Contas do Estado Gama e foi designada pelo Tribunal para participar de um congresso com a participação de servidores de diversos tribunais de contas do Brasil. Em um dos eventos, ela acompanhou a palestra de Link, Auditor de Controle Externo do TCE do estado Alfa. Na apresentação de Link, constava uma explicação sobre a destinação dos recursos arrecadados com as multas proporcionais aos danos causados ao erário, em razão dos processos de contas realizados no âmbito dos municípios, e das multas simples, aplicadas em razão de irregularidades sem dano ao erário. Nesse caso, considerando que o TCE do estado Alfa é encarregado de fiscalizar os recursos estaduais e os recursos de todos os municípios do respectivo estado, constava corretamente na apresentação que:

- a) em qualquer hipótese, as multas deveriam ser recolhidas aos cofres do governo do Estado, uma vez que o Tribunal é órgão estadual.
- b) o valor do ressarcimento do dano ao erário, quando se tratar de recursos municipais, será recolhido aos cofres do Tesouro Municipal, mas o valor da multa proporcional ao dano deverá ser revertido para fundo próprio, para o custeio das atividades de fiscalização.
- c) a multa proporcional ao dano é considerada “valor acessório”, devendo ser recolhida para os mesmos cofres do valor do ressarcimento ao erário, ou seja, para os cofres do município, enquanto a multa simples será recolhida aos cofres do estado Alfa.
- d) ainda que a multa proporcional ao dano seja aplicada contra agente público municipal, o valor deverá ser recolhido ao Tesouro do Estado.
- e) o Estado e o município serão credores solidários do montante da multa proporcional ao dano, que poderá ser executada pela procuradoria de qualquer desses entes.

**57.** O Ministério Público especial que funciona junto aos Tribunais de Contas possui importante missão constitucional, mas guarda peculiaridades em comparação ao Ministério Público “comum”. Sobre o tema, pode-se afirmar que esse Ministério Público especial:

- a) não goza de capacidade processual, mas poderá apresentar mandado de segurança contra acórdão do Tribunal de Contas que compõe, caso a Corte não observe as prerrogativas processuais do *Parquet* de Contas.
- b) dada a sua autonomia, o Ministério Público de Contas poderá propor a ação de execução dos títulos executivos emitidos pela Corte de Contas.
- c) no âmbito dos estados-membros, é constitucional a exigência de lei complementar para regular a organização do Ministério Público especial de Contas.
- d) o Ministério Público especial de Contas encontra-se estritamente vinculado à estrutura da Corte de Contas e não detém autonomia jurídica e iniciativa legislativa para propor projetos de leis que definam sua estrutura organizacional.
- e) os membros do Ministério Público de Contas não gozam de prerrogativas próprias, como a independência funcional, em observância ao princípio da simetria.

**58.** Analise os itens subsequentes:

- I. Desde que previsto em lei, o Tribunal de Contas pode determinar que o controle interno realize auditorias, uma vez que é papel do sistema de controle interno apoiar o controle externo.
- II. O Tribunal de Contas da União pode exercer o controle de constitucionalidade de leis ou atos normativos do poder público, desde que o ato viole patentemente dispositivo da Constituição Federal ou seja contrário à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, sendo que a decisão do TCU terá eficácia *erga omnes*.
- III. Compete ao TCU apreciar a legalidade da concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, no prazo de até cinco anos, sob pena de concessão de registro tácito, contados da chegada do processo na Corte de Contas.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II, apenas.

59. Luigi é prefeito municipal e acabou de realizar a sua prestação de contas anual, relativamente aos seus atos de governo e de gestão. O processo foi encaminhado para o Tribunal de Contas do Estado – TCE e, após avaliação da Corte, as contas foram remetidas à Câmara Municipal. Paralelamente, Luigi foi notificado acerca da instauração de procedimento de tomada de contas especial que tramitava no âmbito do Tribunal de Contas da União – TCU, versando sobre irregularidades na aplicação de recursos públicos federais repassados ao município em que Luigi era prefeito por meio de convênio interfederativo de repasse de verbas. A tomada de contas especial foi julgada pelo TCU, com aplicação de sanções a Luigi, sendo que tais contas não passaram pelo crivo do legislativo municipal.

Considerando as situações hipotéticas acima, marque a alternativa correta, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF. Considere que o TCE é o órgão técnico que presta o auxílio às câmaras municipais no controle externo municipal.

- a) As contas anuais de governo e de gestão do prefeito deveriam ser julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado, cabendo à Câmara Municipal alterar o julgamento mediante dois terços de seus membros.
- b) O TCU poderia condenar o prefeito municipal na tomada de contas especial, mas subsiste a prerrogativa do Legislativo de alterar o julgamento por meio de dois terços dos seus membros. Por outro lado, as contas de governo e de gestão são julgadas pelo Legislativo, que deverá seguir o parecer vinculante da Corte de Contas estadual.
- c) As contas de governo, de gestão e de convênios interfederativos de repasse de verbas públicas são julgadas pelo Poder Legislativo, mediante quórum de dois terços dos seus membros, cabendo aos tribunais de contas apenas a emissão dos pareceres prévios.
- d) Caso as contas de governo e de gestão não sejam julgadas pelo Legislativo no prazo constitucional,

deverá prevalecer o parecer prévio do Tribunal de Contas, por meio do julgamento ficto das contas municipais.

- e) O TCU poderia condenar o prefeito municipal na tomada de contas especial, sem que haja posterior análise pelo Poder Legislativo; o TCE tem competência para julgar as contas de gestão dos prefeitos que atuam como ordenadores de despesas, podendo aplicar sanções fora da esfera eleitoral, sem que o Legislativo possa alterar a decisão do Tribunal; por fim, as contas de governo são julgadas pela Câmara Municipal, sendo imprescindível o quórum de dois terços para contrariar o parecer prévio da Corte de Contas.

60. Sobre o regime de indisponibilidade de bens previsto na Lei 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa, é correto afirmar que:

- a) A urgência para a decretação da medida de indisponibilidade de bens é presumida sempre que houver indícios de enriquecimento ilícito.
- b) A indisponibilidade poderá recair sobre o bem de família do réu em qualquer hipótese de condenação por prejuízo ao erário ou por atos que atentam contra os princípios da administração.
- c) É vedada a decretação de indisponibilidade da quantia de até 40 (quarenta) salários mínimos depositados em caderneta de poupança ou conta-corrente.
- d) Havendo corrêus na ação, a constrição deve corresponder ao débito total em relação a cada um dos envolvidos, de forma individualizada, vedada a solidariedade.
- e) O pedido de indisponibilidade de bens apenas pode ser formulado após a oitiva prévia do réu no prazo de 15 dias úteis.

**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO TCE SC***Giulian Salvador*

**61.** No curso de processo de prestação de contas instaurado perante o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, verificou-se a existência de dano ao erário decorrente de ato de gestão antieconômico, além de omissão parcial na remessa de documentos obrigatórios. Considerando as disposições da Lei Complementar Estadual nº 202/2000 acerca das decisões em processos de contas, tomada de contas especial, revelia e responsabilização, analise os itens a seguir:

I – A decisão preliminar é aquela pela qual o Tribunal julga as contas iliquidáveis e determina o arquivamento definitivo do processo.

II – O responsável que não acudir à citação será considerado revel para todos os efeitos, prosseguindo-se normalmente o processo.

III – As contas serão julgadas regulares com ressalva quando houver dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico injustificado, desde que haja posterior recolhimento do débito.

IV – A autoridade administrativa competente deverá imediatamente adotar providências para instauração de tomada de contas especial quando caracterizada prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte prejuízo ao erário.

V – A decisão definitiva é aquela pela qual o Tribunal resolve sobrestar o julgamento ou determinar diligências necessárias ao saneamento do processo.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas os itens I, III e V estão corretos.
- b) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- e) Apenas os itens II e V estão corretos.

**62.** Sobre o regime jurídico do controle externo previsto na Lei Complementar Estadual nº 202/2000, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Tribunal de Contas poderá determinar o desconto integral ou parcelado da dívida nos vencimentos, salários ou proventos do responsável, observados os limites previstos na legislação pertinente.
- b) O Recurso de Reconsideração é cabível contra decisão em processo de fiscalização de atos e contratos e de apreciação de atos sujeitos a registro, possuindo efeito suspensivo automático.
- c) O Tribunal poderá aplicar multa diária por descumprimento de suas decisões definitivas, preliminares ou cautelares.
- d) A denúncia formulada perante o Tribunal deve estar acompanhada de indício de prova e conter qualificação e endereço do denunciante.
- e) O parecer prévio emitido sobre contas prestadas pelo Prefeito poderá deixar de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

**63.** A Resolução N. TC-254/2024 estabelece conceitos técnicos relacionados às práticas de assédio, discriminação e proteção da saúde no ambiente de trabalho institucional. Considerando as definições constantes da resolução, analise os itens a seguir:

- I – Assédio moral caracteriza-se por comportamentos repetitivos e duradouros dirigidos a alvos específicos, com intenção de prejudicar, anular ou excluir a vítima.
- II – Agressões pontuais consistem em atos hostis reiterados e permanentes destinados à exclusão institucional da vítima, independentemente de intenção específica.
- III – Cooperação horizontal, vertical e transversal correspondem, respectivamente, à cooperação entre superiores hierárquicos, entre órgãos externos e entre membros da mesma equipe funcional.
- IV – Assédio moral organizacional consiste em processo contínuo de condutas abusivas ou hostis, amparado por estratégias organizacionais ou métodos gerenciais voltados ao engajamento intensivo ou exclusão de pessoas da instituição.
- V – Transversalidade refere-se exclusivamente à atuação conjunta entre diferentes órgãos administrativos para apuração disciplinar de casos de assédio e discriminação.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- b) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- e) Apenas os itens II e III estão corretos.

**64.** A Resolução N. TC-252/2024 estabelece princípios, deveres, vedações e regras relacionadas à atuação ética dos servidores do TCE/SC, inclusive quanto ao uso de redes sociais, conflito de interesses e atuação funcional. Considerando as disposições da resolução, assinale a alternativa correta:

- a) O servidor deve exercer a liberdade de expressão nas redes sociais com responsabilidade, evitando tratar de temas sensíveis envolvendo o Tribunal que possam gerar dúvidas sobre a integridade institucional ou comprometer a imagem da Corte de Contas.
- b) O servidor poderá divulgar informações sigilosas obtidas no exercício do cargo, desde que o faça em ambiente privado ou mediante utilização de pseudônimo em redes sociais.
- c) A Comissão de Ética possui competência para aplicar diretamente penalidades disciplinares estatutárias de suspensão e destituição de cargo em comissão.
- d) O recebimento de brindes distribuídos por entidades jurisdicionadas ao TCE/SC será vedado apenas quando ultrapassarem o equivalente a 1 piso de referência vencimental do Tribunal.
- e) O servidor poderá manifestar-se oficialmente em nome do Tribunal sempre que ocupar cargo efetivo de nível superior ou função de confiança vinculada à Administração Superior.

**65.** A Resolução N. TC-302/2026 regulamenta os mecanismos de controle disciplinar, os procedimentos consensuais e os instrumentos de apuração administrativa aplicáveis aos servidores do TCE/SC. Considerando as disposições da resolução, assinale a alternativa correta:

- a) A sindicância acusatória constitui instrumento destinado à apuração de infração disciplinar cuja penalidade cabível seja, no máximo, suspensão de até trinta dias, sendo instaurada por portaria do Corregedor-Geral e submetida, no que couber, ao rito do processo administrativo disciplinar.
- b) A investigação preliminar sumária possui natureza punitiva e sancionatória, admitindo aplicação direta de penalidade de repreensão pelo Corregedor-Geral quando houver prova documental suficiente.
- c) O termo de ajustamento de conduta constitui direito subjetivo do servidor sempre que a infração imputada for de baixo potencial ofensivo e não houver dano ao erário.
- d) A sindicância investigativa interrompe automaticamente a prescrição disciplinar desde a publicação da portaria instauradora, ainda que não haja identificação do investigado.
- e) A mediação disciplinar somente poderá ser instaurada após a formalização de processo administrativo disciplinar e dependerá de reconhecimento expresso de culpa pelo servidor investigado.

**66.** Determinado servidor do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, ao estudar a estrutura organizacional prevista na Resolução N. TC-149/2019, verificou que algumas atribuições são comuns a todos os Órgãos Auxiliares, enquanto outras constituem competências específicas dos órgãos vinculados ao Gabinete da Presidência. Considerando essa distinção normativa, assinale a alternativa que apresenta competência específica do Gabinete da Presidência:

- a) Planejar, organizar, dirigir e controlar as suas atividades.

- b) Propor, desenvolver, estimular e consolidar as relações administrativas e institucionais do Tribunal de Contas com os Poderes e demais Órgãos do Estado e das demais esferas de Poder.
- c) Providenciar o registro nos sistemas informatizados do recebimento, da movimentação e da alteração de documentos ou processos que tramitam na unidade.
- d) Manter controle atualizado sobre os processos lotados na unidade, priorizando a instrução, utilizando-se dos critérios de urgência, relevância e antiguidade.
- e) Padronizar a estrutura e simplificar a linguagem dos seus relatórios técnicos.

**67.** A Resolução N. TC-252/2024 instituiu normas éticas aplicáveis aos servidores do TCE/SC, disciplinando deveres, vedações, conflitos de interesse, uso de redes sociais e processo ético. Considerando as disposições da referida resolução, assinale a alternativa correta:

- a) O servidor poderá utilizar sistemas e canais de comunicação do Tribunal para divulgação político-partidária, desde que fora do horário de expediente e sem identificação funcional.
- b) A Comissão de Ética possui natureza exclusivamente disciplinar e sancionatória, competindo-lhe aplicar diretamente as penalidades administrativas previstas no estatuto funcional.
- c) O servidor que publicar artigo de opinião em veículo de imprensa sobre tema relacionado ao Tribunal deverá deixar claro que suas opiniões não representam posicionamento institucional.
- d) O processo de conduta ética poderá ser instaurado verbalmente, independentemente de representação fundamentada ou documentação comprobatória, em razão do princípio da informalidade administrativa.
- e) A censura ética aplicada ao servidor permanecerá registrada em seus assentamentos funcionais de forma permanente, vedada sua exclusão após o decurso do tempo.

**68.** Acerca do regime jurídico previsto na Lei nº 6.745/1985 (Estatuto dos Servidores do Estado de SC), assinale a alternativa incorreta:

- a) A posse deverá ocorrer no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de nomeação no Diário Oficial, admitindo-se prorrogação por mais trinta dias a requerimento do interessado.
- b) O regime ordinário de trabalho do servidor estadual, quando omissa a especificação do cargo, corresponde a quarenta horas semanais, observada regulamentação específica.
- c) O serviço extraordinário não se submete à limitação semanal de carga horária, mas não poderá ultrapassar cento e vinte horas semestrais.
- d) Ao servidor ocupante de cargo efetivo e estável poderá ser concedida licença para tratamento de interesses particulares pelo prazo de até três anos, renovável uma vez por igual período.
- e) Será concedida ajuda de custo ao servidor removido a pedido, ainda que sem recomendação médica, desde que a mudança implique alteração permanente de domicílio.

**69.** À luz das definições previstas na Lei Complementar nº 255/2004, assinale a alternativa correta:

- a) Cargo isolado é o cargo de provimento efetivo, devidamente provido, existente no quadro de pessoal do Tribunal de Contas, em extinção.
- b) Função de confiança é o cargo ocupado exclusivamente por servidor efetivo para o exercício permanente de atribuições técnicas de fiscalização externa.
- c) Referência corresponde ao conjunto de nove graduações ascendentes existentes em cada nível da Tabela Referencial de Vencimentos.
- d) Progressão funcional consiste no deslocamento funcional do servidor entre cargos distintos, exclusivamente por merecimento.
- e) Piso de vencimento corresponde ao maior vencimento previsto na Tabela Referencial de Vencimentos para os cargos de nível superior.

**70.** Considerando as disposições da RESOLUÇÃO N. TC-06/2001, especialmente acerca da jurisdição do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa incorreta:

- a) A jurisdição do Tribunal alcança qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que administre dinheiros, bens e valores públicos ou assumam obrigações pecuniárias em nome do Estado ou do Município.
- b) A jurisdição do Tribunal também alcança aqueles que derem causa à perda, extravio ou outra irregularidade da qual resulte prejuízo ao erário.
- c) Os responsáveis pela aplicação de recursos repassados mediante convênio, acordo, ajuste ou instrumento congêneres a pessoas jurídicas de direito público ou privado submetem-se à jurisdição do Tribunal.
- d) Os representantes do Estado ou do Município em assembleias gerais de empresas estatais e sociedades anônimas podem responder solidariamente com membros do Conselho Fiscal e de Administração pela prática de atos de gestão ruínicos.
- e) Os herdeiros dos administradores e responsáveis submetidos à jurisdição do Tribunal respondem integralmente pelos débitos do falecido perante a Fazenda Pública, independentemente do limite da herança recebida.

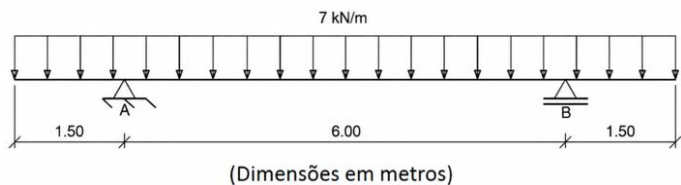
## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I

*Pedro Cesar*

**71.** As tensões principais de um ponto submetido ao estado plano de tensões  $\sigma_x = 170$  MPa,  $\sigma_y = 80$  MPa e  $\tau_{xy} = 60$  MPa são, respectivamente:

- a) 200 MPa e 50 MPa.
- b) 170 MPa e 80 MPa.
- c) 185 MPa e 65 MPa.
- d) 215 MPa e 35 MPa.
- e) 190 MPa e 60 MPa.

72. A figura a seguir apresenta uma viga biapoiada, com dois balanços, submetida a um carregamento uniformemente distribuído.



Sabendo que a seção transversal dessa viga é quadrada de lado 35 cm, a máxima tensão normal de flexão nessa estrutura vale:

- 1.653 kPa.
- 3.306 kPa.
- 4.410 kPa.
- 4.960 kPa.
- 6.615 kPa.

73. Uma barra, com seção transversal circular de diâmetro 2cm, tem uma de suas extremidades engastada e a outra livre. Nessa extremidade livre, aplica-se uma carga axial P.

Sabendo que a máxima tensão cisalhante resistida por essa barra vale 200MPa e admitindo  $\pi=3$ , a máxima carga P que pode ser aplicada a ela, desprezando-se qualquer efeito de extremidade, vale:

- 60kN
- 100 kN
- 120kN
- 180kN
- 240kN

74. Analise as afirmativas a seguir, relativas a projeto e dimensionamento de fundações.

I. A estaca Franki é uma estaca armada e preenchida com argamassa de cimento e areia, moldada in loco executada por perfuração rotativa ou rotopercussiva, revestida integralmente, no trecho em solo, por um conjunto de tubos metálicos.

II. Nega é a parcela elástica da penetração máxima de uma estaca, decorrente da aplicação de um golpe do martelo.

III. Em estacas isoladas, as excentricidades executivas observadas na obra só ensejam reavaliação da estabilidade dos elementos estruturais envolvidos se forem superiores a 10% da menor dimensão da estaca.

Está correto o que se afirma em:

- I, II e III.
- II, apenas.
- I, apenas.
- II e III.
- III, apenas.

75. O comportamento de um elemento de concreto armado, a partir do momento em que ele é submetido a um esforço, pode ser descrito com base nos chamados estádios e domínios de deformação. Com base neste assunto, avalie as alternativas abaixo e assinale a incorreta:

- No Estádio II, há o surgimento de fissuras visíveis no concreto na porção tracionada da estrutura.
- No caso do concreto armado no Estádio III, ocorre a plastificação da seção do concreto e o diagrama de tensão de compressão do concreto passa a apresentar um comportamento não linear.
- No Domínio 1, como apenas o aço atua na estrutura, a ruptura ocorre por escoamento do aço da armadura positiva.
- O Domínio 2 retrata a ruptura por escoamento do aço, havendo compressão do concreto, que também chega à ruptura.
- No Domínio 3 ocorre simultaneamente a ruptura por esmagamento do concreto e o escoamento do aço, mas sem o aço chegar à sua ruptura.

**76.** Na composição dos Benefícios e Despesas Indiretas de uma obra, devem ser considerados os itens relacionados a seguir, à exceção de um. Assinale-o.

- a) Taxa de administração central.
- b) Encargos financeiros.
- c) Tributos incidentes sobre a renda ou o lucro.
- d) Seguros.
- e) Taxa de lucro.

**77.** Use a tabela de interdependência de atividades de uma determinada obra abaixo para responder a questão a seguir.

Atividade	Atividade Precedente	Duração estimada (semanas)
A	-	2
B	-	3
C	A	5
D	A,B	2
E	B	3
F	D,E	5
G	E	2
H	C	1
I	H,F	2
J	I,G	3

A atividade G poderá atrasar, sem modificar a data de conclusão da obra, por

- a) 4 semanas.
- b) 5 semanas.
- c) 6 semanas.
- d) 7 semanas.
- e) 8 semanas.

**78.** Para um canal de seção quadrada de largura 3,0 m e altura 3,0 m, que escoar água, considere um coeficiente de rugosidade de Manning de 0,010 e

uma declividade do fundo do canal de 0,0009 m/m. A vazão nesse canal é de:

- a) 1,0 m<sup>3</sup>/s.
- b) 3,0 m<sup>3</sup>/s.
- c) 9,0 m<sup>3</sup>/s.
- d) 18,0 m<sup>3</sup>/s.
- e) 27,0 m<sup>3</sup>/s.

**79.** Em instalações hidrossanitárias, é necessário que haja sempre um adequado dimensionamento de seus componentes. Desconsiderando a possibilidade de cálculo para redução de seus diâmetros, a tubulação coletora da bacia sanitária e do Tanque de lavar roupas têm diâmetro mínimo, respectivamente, de

- a) 100 mm e 40 mm.
- b) 100 mm e 50 mm.
- c) 100 mm e 75 mm.
- d) 75 mm e 40 mm.
- e) 75 mm e 50 mm.

**80.** Analise as afirmativas a seguir, relativas a fundamentos de hidrologia

- I. Talvegue pode ser definido como a linha que liga os pontos mais baixos da bacia.
- II. Há 3 tipos de precipitações, classificadas de acordo com o fator responsável pela sua formação: ciclônicas, convectivas e barométricas.

III. O hidrograma de uma precipitação corresponde a uma curva que mostra, ao longo da duração da precipitação, como varia a vazão de água em uma seção.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) I, apenas.
- d) II e III.
- e) I e III.

**81.** Um engenheiro projeta um sistema de abastecimento de água de uma cidade assumindo as seguintes hipóteses:

- População = 360.000 habitantes;
- Taxa de consumo de água per capita = 200 L/dia;
- Coeficiente do dia de maior consumo = 1,2;
- Coeficiente da hora de maior consumo = 1,5;
- Abastecimento com reservatório de distribuição.

Nessas condições, a vazão de projeto para a adutora vale

- a) 120 L/s.
- b) 1.000 L/s.
- c) 1.200 L/s.
- d) 1.500 L/s.
- e) 2.000 L/s.

**82.** Nos sistemas de drenagem, o dispositivo que tem como principal função a condução da água que escoar na plataforma rodoviária para os coletores de drenagem, através de canalizações subterrâneas é:

- a) Bocas de lobo.
- b) Poços de visita.
- c) Sarjetas.
- d) Galerias.
- e) Valetas.

**83.** As lagoas de estabilização são o método mais simples de tratamento de esgoto existente, podendo ser classificadas de diferentes formas.

Assim, leia atentamente as características de um tipo de lagoa de estabilização apresentadas a seguir:

- Possui pequena profundidade, favorecendo a penetração da luz solar em toda a massa líquida;
- Tem como principal finalidade a remoção de organismos patogênicos;
- A elevada incidência de radiação ultravioleta, associada ao aumento do pH e da concentração de

oxigênio dissolvido, contribui para a desinfecção do efluente;

- Geralmente é empregada como etapa final do sistema de tratamento.

Esse tipo de lagoa de estabilização é conhecido como:

- a) Lagoa anaeróbia.
- b) Lagoa aerada facultativa.
- c) Lagoa aerada de mistura completa.
- d) Lagoa de maturação.
- e) Lagoa facultativa.

**84.** Durante a elaboração do orçamento de uma obra pública, um engenheiro precisa calcular o custo financeiro decorrente do prazo entre a execução dos serviços e o efetivo recebimento dos valores pela contratada. Nessa obra, o custo direto somado ao custo indireto totaliza R\$ 7.850.000,00.

Sabe-se que o órgão contratante realiza o pagamento das medições 2 meses após sua entrega, que a taxa de juros considerada é de 2,0% ao mês e que há um intervalo de 1 mês entre a realização dos custos e a apresentação da medição.

Considerando que, em determinado mês, foi realizada uma medição no valor de R\$ 840.000,00, o custo financeiro correspondente para a empresa nesse período é igual a:

- a) R\$ 16.800,00.
- b) R\$ 33.600,00.
- c) R\$ 33.936,00.
- d) R\$ 50.400,00.
- e) R\$ 51.414,72.

**85.** Ted, servidor público do município Ômega, para a contratação de uma obra, ficou responsável por elaborar um documento:

- que seja um conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra.
- que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento
- e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

Neste sentido, nos termos da Lei no 14.133/2021, o documento elaborado por Ted é denominado:

- a) Termo de referência.
- b) Estudo Técnico preliminar.
- c) Projeto Básico.
- d) Projeto Executivo.
- e) Matriz de Risco.

## **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS II**

*Raul Suzuki*

**86.** Sobre os ensaios de controle de recebimento e aceitação do concreto fresco e endurecido estipulados pela ABNT NBR 12655:2022, assinale a afirmativa correta:

- a) No controle do concreto por amostragem total, o valor da resistência característica estimada ( $f_{ck,est}$ ) do lote é determinado por fórmulas estatísticas que utilizam o desvio-padrão de todas as betonadas.
- b) Para o concreto dosado e preparado por empresa de serviços de concretagem, o ensaio de abatimento do tronco de cone deve ser realizado a cada betonada.
- c) Quando o concreto é preparado pelo próprio construtor na obra, o ensaio de consistência é exigido apenas na primeira amassada do dia, sendo dispensável nas demais situações.

d) Se a resistência estimada do lote for menor do que a especificada no projeto ( $f_{ck}$ ), a estrutura deve ser demolida sem necessidade de ensaios adicionais.

e) O ensaio de resistência à compressão só é válido se for realizado em idades superiores a 90 dias, visto que o concreto não adquire resistência representativa aos 28 dias

**87.** A cal e o cimento Portland são os principais aglomerantes empregados na construção civil. Em relação aos mecanismos de pega e endurecimento, bem como à classificação dos aglomerantes minerais, assinale a alternativa correta:

a) A cal aérea endurece devido à hidratação de seus compostos silicosos, processo que ocorre de forma satisfatória mesmo se a argamassa estiver submersa em água.

b) O processo de extinção (hidratação) da cal virgem é uma reação altamente endotérmica, exigindo a adição constante de calor externo para que a cal hidratada seja formada.

c) O endurecimento das argamassas de cal aérea ocorre de fora para dentro, por meio de uma reação com o gás carbônico ( $CO_2$ ) presente no ar (carbonatação), reconstituindo o carbonato original.

d) A cal hidráulica é obtida a partir da calcinação de rochas calcárias puras, que não contêm nenhum traço de argila ou outros minerais.

e) O gesso é classificado como um aglomerante hidráulico, já que processa seu endurecimento exclusivamente debaixo d'água, alcançando altíssimas resistências

**88.** No tocante à execução de revestimento interno em gesso de paredes e tetos, normatizada pela ABNT NBR 16618:2017, avalie os procedimentos de preparo e aplicação e marque a alternativa correta:

- a) O gesso para aplicação manual deve ser misturado mecanicamente em sua totalidade antes do início do uso para evitar perda de material.
- b) Na aplicação por projeção, recomenda-se projetar o gesso com espessura mínima de 0,5 cm, e para espessuras superiores a 2,5 cm, deve-se aplicar em camadas de aproximadamente 2,0 cm.
- c) A superfície que receberá o revestimento em gesso deve estar saturada de água antes da aplicação, garantindo o processo de hidratação.
- d) A projeção mecânica do gesso modificado deve ocorrer obrigatoriamente no sentido vertical, acompanhando o prumo das faixas de mestra.
- e) O acabamento da superfície revestida dispensa ferramentas metálicas, devendo ser executado com o próprio sarrafo de alumínio

**89.** A ABNT NBR 13753:1996 aborda o procedimento para revestimento de piso interno ou externo com placas cerâmicas assentadas com argamassa colante. Sobre o planejamento e o tempo de cura das bases, assinale a alternativa correta:

- a) O assentamento das placas cerâmicas pode ocorrer no dia imediatamente seguinte à execução do contrapiso, caso a argamassa colante seja de secagem rápida.
- b) No caso de não se empregar nenhum processo de cura, o assentamento deve ocorrer, no mínimo, 28 dias após a concretagem da base ou 14 dias após a execução do contrapiso.
- c) O piso externo em execução recém-acabado deve permanecer exposto diretamente à radiação solar para acelerar a secagem do tardo da cerâmica.
- d) A liberação do revestimento para o tráfego de pessoas e equipamentos pesados deve ser feita logo após as primeiras 24 horas do rejuntamento.

e) As placas cerâmicas devem ser submersas em água durante 24 horas e aplicadas totalmente saturadas sobre a argamassa colante

**90.** Acerca da classificação e da terminologia de rochas e solos e dos fenômenos de erosão descritos na ABNT NBR 6502:2022, assinale a alternativa correta:

- a) O Piping é o movimento de partículas provocado pela percolação d'água, formando progressivamente canais dentro do maciço de solo no mesmo sentido do fluxo d'água.
- b) O solo residual maduro é aquele que, formado in situ pela decomposição da rocha matriz, ainda apresenta vestígios visíveis e nítidos da estrutura original da rocha.
- c) Rochas intrusivas são aquelas de origem ígnea formadas pelo fluxo e escoamento do magma pela superfície do terreno, a exemplo do basalto.
- d) Saprolito é o material em que todos os componentes minerais originais, exceto o quartzo, foram transformados pelo intemperismo, apresentando-se com a estrutura da rocha matriz totalmente friável.
- e) solo coluvionar é o depósito de solo transportado e depositado primariamente pela ação dos ventos a grandes distâncias de sua origem

**91.** Sobre a compactação dos solos e os ensaios de laboratório, tais como Proctor Normal e Modificado, assinale a alternativa correta:

- a) A compactação visa reduzir o volume de vazios do solo para aumentar a sua compressibilidade e sua permeabilidade.
- b) O aumento da energia de compactação, passando do ensaio Normal para o Modificado, resulta em um peso específico seco máximo maior e em uma umidade ótima menor.
- c) A umidade ótima é definida como o teor de umidade em que o solo atinge o seu menor peso específico aparente seco, facilitando o trabalho dos equipamentos de campo.
- d) Solos granulares puros e totalmente saturados são os materiais que apresentam a melhor resposta e ganho de densidade sob a ação de rolos compactadores.
- e) No ensaio Proctor Modificado, aplica-se uma energia inferior à do ensaio Normal, sendo indicado exclusivamente para o controle de aterros em argilas orgânicas moles

**92.** No projeto e execução de uma barragem de terra zoneada, o controle da umidade de compactação dos solos é um fator crítico para garantir a estabilidade e a estanqueidade da obra. Considerando os conceitos de otimização da seção transversal e as propriedades mecânicas e hidráulicas dos solos compactados, assinale a alternativa que apresenta a diretriz técnica correta:

- a) Tanto o núcleo quanto os espaldares devem ser compactados rigorosamente na umidade ótima do ensaio de Proctor, pois é o único ponto que garante a máxima resistência ao cisalhamento e a mínima permeabilidade simultaneamente.
- b) O núcleo impermeável deve ser compactado em umidade abaixo da ótima para apresentar elevada resistência ao cisalhamento, enquanto os espaldares devem ser compactados acima da ótima para funcionarem como o septo de vedação principal.
- c) A umidade de moldagem afeta apenas o peso específico seco do solo, não tendo influência significativa na permeabilidade do maciço, desde

que a mesma energia de compactação seja aplicada.

- d) O núcleo da barragem deve ser compactado com umidade acima da ótima, visando conferir-lhe baixa permeabilidade e maior flexibilidade, enquanto os espaldares devem ser compactados abaixo da ótima.
- e) A compactação do núcleo com umidade acima da ótima tem como objetivo principal aumentar a rigidez do material, evitando assim a formação de "borrachudos" e impedindo o recalque diferencial entre a fundação e a estrutura

**93.** A escolha do tipo adequado de turbina hidráulica para um aproveitamento hidrelétrico, como em Micro e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), depende fundamentalmente das características de queda líquida e vazão do local. Com base nos princípios de operação das turbinas hidráulicas, assinale a alternativa correta:

- a) As turbinas do tipo Kaplan são classificadas como turbinas de ação e são recomendadas exclusivamente para aproveitamentos com quedas elevadas e pequenas vazões.
- b) As turbinas do tipo Pelton operam pelo princípio de reação e são indicadas para baixas quedas e grandes vazões, por necessitarem de rotores totalmente submersos.
- c) As turbinas Francis são máquinas de ação, adequadas para grandes quedas, nas quais a energia potencial é totalmente transformada em energia cinética nos bocais injetores antes de atingir o rotor.
- d) As turbinas do tipo Kaplan são turbinas de reação que se destacam por permitir a variação do ângulo das pás do rotor, o que lhes confere a capacidade de operar com altos rendimentos em uma ampla faixa de variação de vazão e queda.
- e) A turbina Pelton é indicada para aproveitamentos de baixas quedas e grandes vazões, uma vez que a captação de água para esse tipo de máquina exige grandes volumes para compensar as perdas hidráulicas

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS III - OBRAS  
RODOVIÁRIAS***Leonardo Hotta*

**94.** Em uma obra rodoviária, o engenheiro precisa selecionar o agregado para compor a camada de base de um pavimento flexível. O material deve apresentar boa intertravamento entre partículas, alta resistência ao desgaste e baixa absorção de água, garantindo durabilidade e estabilidade estrutural.

Dentre as opções abaixo, o agregado mais adequado para essa aplicação é:

- a) Areia fina de origem natural, com alta porcentagem de partículas arredondadas.
- b) Brita graduada de origem britada, com partículas angulares e granulometria controlada.
- c) Cascalho natural com predominância de partículas arredondadas e alta porosidade.
- d) Escória de alto-forno não tratada, com granulometria irregular e porosidade elevada.
- e) Pedrisco de origem natural, com baixa resistência à abrasão.

**95.** Durante a execução de um pavimento flexível em uma rodovia estadual, o fiscal identificou que a equipe de obra estava avançando simultaneamente com três frentes:

- 1. compactação do subleito melhorado;
- 2. execução da sub-base granular;
- 3. aplicação de pintura de ligação para posterior lançamento da camada de CBUQ.

O relatório de controle tecnológico do dia anterior indicou:

- i. umidade do subleito acima da ótima;
- ii. sub-base com densidade 3% abaixo da especificada;
- iii. temperatura do ligante asfáltico na pintura de ligação no limite inferior da faixa recomendada;
- iv. previsão de chuva leve nas próximas horas.

Considerando as boas práticas de execução de pavimentos flexíveis e os riscos associados às condições observadas, a ação mais adequada que o engenheiro responsável deveria ter tomado era:

- a) Autorização e continuidade simultânea das três frentes, desde que a equipe aumentasse a taxa de aplicação da pintura de ligação para compensar a baixa temperatura do ligante.
- b) Suspensão apenas da execução da sub-base, permitindo que a pintura de ligação prosseguisse, pois a chuva leve não comprometeria a aderência entre as camadas.
- c) Interrupção da aplicação da pintura de ligação e exigisse a correção da umidade do subleito e da densidade da sub-base antes de permitir o avanço das demais etapas.
- d) Permissão da execução da camada de CBUQ mesmo com densidade insuficiente da sub-base, desde que o controle de espessura fosse rigoroso.
- e) Prosseguimento com a compactação do subleito, mas suspensão da execução da sub-base e do revestimento, pois a umidade elevada não interfere na camada inferior.

**96.** Durante a fase de gerenciamento da manutenção de pavimentos flexíveis, uma das etapas fundamentais consiste na definição do tipo de intervenção mais adequada, considerando-se o estado funcional e estrutural da via. Suponha que, em uma rodovia, o levantamento de defeitos identificou: trincamento em bloco de baixa severidade, desgaste superficial generalizado e afundamentos plásticos localizados, porém sem perda significativa de capacidade estrutural da camada de base.

Com base nos princípios de gerenciamento de pavimentos e nas diretrizes usuais de manutenção, a intervenção mais adequada para esse cenário é:

- a) Reconstrução total do pavimento, devido à presença simultânea de defeitos estruturais e funcionais.
- b) Reforço estrutural com camada espessa de concreto asfáltico, visando recuperar a capacidade de suporte.
- c) Manutenção corretiva localizada, restrita aos pontos de afundamento, sem necessidade de tratamento superficial.
- d) Manutenção preventiva, com aplicação de tratamento superficial ou microrrevestimento, complementada por correções localizadas.
- e) Fresagem profunda e recomposição completa da camada de rolamento, independentemente da severidade dos defeitos.

**97.** Em um trecho de rodovia de pista simples, o projetista avalia as condições de segurança relacionadas à visibilidade. O segmento possui uma curva vertical convexa que pode limitar a percepção de obstáculos à frente, e também apresenta tráfego significativo de veículos lentos, o que frequentemente exige manobras de ultrapassagem. Considerando os princípios de projeto geométrico, a análise correta sobre os parâmetros de visibilidade que devem ser atendidos é:

- a) A distância de visibilidade de parada deve ser garantida em toda a extensão da rodovia,

enquanto a distância de visibilidade de ultrapassagem depende das condições de tráfego e nem sempre é obrigatória.

- b) A distância de visibilidade de ultrapassagem é sempre mais importante que a distância de visibilidade de parada, pois envolve maior risco operacional.
- c) A distância de visibilidade de parada pode ser reduzida em curvas verticais convexas, desde que a distância de ultrapassagem seja atendida.
- d) A distância de visibilidade de ultrapassagem deve ser garantida em todos os pontos da rodovia, independentemente da geometria ou do volume de tráfego.
- e) A distância de visibilidade de parada só é necessária em trechos planos, não sendo aplicável em curvas verticais convexas.

**98.** Durante o estudo de terraplenagem de uma rodovia, o projetista analisa o diagrama de massas para definir a movimentação de solo entre cortes e aterros. Observa-se que o trecho apresenta volumes significativos de corte seguidos de um longo segmento de aterro, separados por uma distância considerável. Considerando os princípios de interpretação do diagrama de massas, a alternativa que corretamente descreve a decisão técnica mais adequada é:

- a) Aumentar a altura dos aterros para reduzir a necessidade de transporte de materiais entre trechos distantes.
- b) Reduzir os volumes de corte para evitar excedentes e minimizar a movimentação de solo.
- c) Utilizar exclusivamente empréstimo externo, evitando o transporte de material proveniente dos cortes.
- d) Destinar todo o material de corte para bota-fora, pois o transporte a longas distâncias é sempre antieconômico.
- e) Avaliar a viabilidade de transporte do material de corte até o trecho de aterro, considerando a distância econômica indicada pelo diagrama de massas.

**99.** Durante a execução de terraplenagem em uma rodovia, a equipe de fiscalização observa que o material proveniente de corte apresenta elevada umidade natural, enquanto o trecho de aterro previsto para recebê-lo exige compactação em camadas com controle rigoroso de densidade e umidade. Considerando as boas práticas de engenharia e os procedimentos usuais de execução de terraplenagem, a ação mais adequada é:

- a) Utilizar o material úmido diretamente no aterro, compensando a umidade excessiva com maior energia de compactação.
- b) Misturar o material úmido com solo seco de empréstimo, sem necessidade de controle adicional.
- c) Realizar o espalhamento e aeração do material de corte antes de sua utilização no aterro, ajustando a umidade ao intervalo adequado de compactação.
- d) Rejeitar todo o material de corte e substituí-lo integralmente por solo de empréstimo.
- e) Compactar o material úmido em camadas mais espessas, reduzindo o número de passadas do equipamento.

**100.** O Sistema de Custos Rodoviários (SICRO), utilizado em obras rodoviárias no Brasil, é uma ferramenta fundamental para a composição de custos unitários de serviços. Considerando as características e finalidades do SICRO no contexto de obras públicas, a alternativa que corretamente descreve sua função principal é:

- a) Padronizar e disponibilizar composições de custos unitários de serviços rodoviários, incluindo insumos, produtividades e equipamentos, servindo como referência para orçamentos e auditorias.
- b) Definir os limites máximos de preços que podem ser pagos em contratos rodoviários, substituindo a necessidade de pesquisa de mercado.
- c) Estabelecer parâmetros de desempenho operacional das rodovias, como níveis de serviço e capacidade de tráfego.
- d) Determinar exclusivamente os custos de desapropriação e reassentamento necessários para implantação de rodovias.
- e) Regulamentar os critérios de medição e pagamento de serviços executados em contratos de obras rodoviárias.

## Peça Técnica

O Tribunal de Contas do Estado X iniciou processo de auditoria para analisar o edital de licitação de uma obra de grande porte destinada à construção de um novo complexo hospitalar. Durante o exame minucioso da planilha orçamentária e das especificações do projeto básico, a equipe de controle externo constatou os seguintes cenários estruturados pelo órgão contratante:

1. O orçamento prevê a aquisição de geradores de energia de alta complexidade e de elevadores hospitalares, que representam um percentual expressivo do custo global da obra. A construtora aplicou a taxa padrão de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de toda a obra sobre o fornecimento desses bens.
2. Diversos serviços essenciais para a fundação da edificação apresentam custos unitários que superam a mediana do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), não havendo anexado ao edital qualquer documento técnico que justifique tal discrepância.
3. A remuneração referente aos custos de "Administração Local" foi estabelecida para ocorrer por meio de parcelas mensais fixas ao longo de toda a vigência contratual.
4. Na composição dos encargos sociais, o orçamentista inseriu alíquotas destinadas a cobrir horas não trabalhadas em decorrência de chuvas tanto para os trabalhadores horistas quanto para os engenheiros e gestores enquadrados como mensalistas.

Com base na situação hipotética, redija um PARECER que responda aos seguintes tópicos:

1. Diretriz legal aplicável à taxa de BDI incidente sobre a aquisição dos equipamentos específicos de alto custo indicados no caso.
2. Procedimentos formais exigidos pelas normativas vigentes para a validação de custos unitários que ultrapassem os referenciais oficiais do SINAPI.
3. Análise de adequação do critério de remuneração estipulado para a manutenção e gestão do canteiro de obras.
4. Regularidade da cobrança de encargos sociais atrelados a intempéries climáticas no regime de contratação dos profissionais de supervisão.

Resposta em até 60 linhas

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**Folha de Resposta**

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

## Questão Discursiva 1

O recém-empossado diretor-presidente da Agência Estadual de Fomento (AEF) deparou-se, logo no início de sua gestão no ano de 2023, com a descoberta de um esquema sistemático de desvio de recursos públicos. A irregularidade envolvia a concessão indevida de subsídios a empresas de fachada formadas por parentes de funcionários. Após a apuração dos fatos, a equipe técnica concluiu que o ilícito foi facilitado pela ausência de segregação de funções no setor de aprovação de crédito. Em depoimento, os servidores envolvidos alegaram que passavam por sérias dificuldades financeiras e justificaram que "apenas pegaram o dinheiro emprestado temporariamente para cobrir dívidas pessoais, pois a organização também falhava com eles". Preocupado com a situação, com a reputação da AEF e com o desperdício do dinheiro público, o diretor-presidente determinou a imediata reformulação das políticas de governança, exigindo a adoção de um modelo que esclarecesse os papéis dos diversos níveis funcionais no tratamento dos riscos e a implementação de uma estrutura internacionalmente reconhecida de controles internos.

Com base na situação hipotética, redija uma questão discursiva que responda aos seguintes tópicos:

- a) Analise o comportamento dos servidores envolvidos no esquema de desvio de recursos fundamentando-se no modelo teórico formulado por Donald R. Cressey no início da década de 1950. Em sua resposta, identifique a teoria e demonstre como cada um de seus três elementos convergentes se manifestou na conduta dos agentes.
- b) Discorra sobre o modelo de estruturação e delegação de responsabilidades que a AEF deve adotar para evitar a duplicação de esforços operacionais e assegurar o tratamento de eventuais lacunas na avaliação e mitigação de ameaças organizacionais.
- c) Relacione o comando do diretor-presidente para a construção de um cenário avesso a irregularidades com os respectivos componentes do sistema de controle interno delineados pelo mais notório paradigma internacional sobre o tema.

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## Questão Discursiva 2

No ano de 2024, o Estado "Alfa" promulgou uma Emenda à sua Constituição alterando a composição estrutural de seu respectivo Tribunal de Contas (TCE-Alfa). A nova diretriz instituiu que, dos sete conselheiros integrantes da Corte, cinco seriam escolhidos pela Assembleia Legislativa e dois pelo Governador do Estado. Imediatamente após essa medida, foi aprovada uma Lei Estadual ordinária que redefiniu as competências inerentes ao cargo de auditor (conselheiro-substituto) daquele Tribunal. A pretexto de conferir maior celeridade processual, o novo diploma normativo determinou que a atuação desses agentes ficaria restrita, de forma exclusiva, à emissão de pareceres opinativos nas fases de instrução processual.

Paralelamente às inovações no órgão de controle, o TCE-Alfa apreciou o balanço geral do Prefeito do Município "Beta" e emitiu parecer prévio em que recomendou a rejeição de suas contas de governo. Ao assumir o processo, a Câmara Municipal ratificou o parecer e votou de modo definitivo pela irregularidade da gestão fiscal, sem, contudo, promover a imputação de qualquer débito pecuniário ao gestor. Com a proximidade do novo pleito eleitoral, a base de oposição passou a sustentar ativamente perante a imprensa que o Prefeito não detém mais os direitos de se candidatar, pois a deliberação do Legislativo o tornou automaticamente inelegível.

Com base na situação hipotética, redija uma questão discursiva que responda aos seguintes tópicos:

- a) Avalie a validade jurídico-constitucional da nova regra de composição definida para o TCE-Alfa, explicitando qual é a proporção correta de indicação de vagas imposta aos tribunais locais pela jurisprudência pacificada.
- b) Analise a conformidade da lei estadual que restringiu a atuação dos auditores aos atos opinativos frente às prerrogativas e funções garantidas pela Constituição da República a essa categoria de agentes.
- c) Esclareça se a decisão exarada pela Câmara Municipal do Município "Beta" é suficiente para atrair a inelegibilidade do chefe do Executivo, abordando a interpretação fixada pelas instâncias superiores acerca do impacto eleitoral das contas políticas destituídas de imposição de débito.

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

### Questão Discursiva 3

No ano de 2025, o titular da Secretaria de Estado da Saúde de determinado ente federativo repassou um expressivo volume de recursos financeiros a uma Organização da Sociedade Civil (OSC) para a gestão compartilhada de uma unidade hospitalar. Após o encerramento da vigência da parceria, o diretor da entidade privada deixou de apresentar os documentos necessários para comprovar a boa e regular aplicação dos valores. O Secretário de Estado, embora ciente da omissão no dever de prestar contas, não adotou nenhuma providência administrativa para investigar o caso. Meses depois, o Tribunal de Contas deflagrou uma auditoria e determinou a autuação de um processo específico para quantificar o prejuízo. Durante a instrução processual, a equipe de auditores comprovou a ocorrência de um amplo esquema de desvio de dinheiros públicos perpetrado em conluio entre o diretor da referida organização e um servidor efetivo da própria Secretaria. Ao serem chamados ao processo, os advogados de defesa do dirigente privado solicitaram o encerramento do feito sem análise de mérito, sob a alegação de que um incêndio nas instalações da entidade havia destruído a totalidade dos comprovantes de despesas originais.

Com base na situação hipotética, redija uma questão discursiva que responda aos seguintes tópicos:

- Avalie a conduta omissiva do Secretário de Estado diante da falta de apresentação dos documentos pela organização privada, explicitando o procedimento que ele deveria ter instaurado e a sanção aplicável à sua inércia.
- Analise o pedido da defesa para a extinção do processo em virtude do suposto incêndio, indicando a classificação da decisão proferida pelo Tribunal de Contas nesses episódios e a regra temporal aplicável ao arquivamento.
- Discorra sobre os desdobramentos legais resultantes do julgamento de mérito que venha a atestar o desvio de recursos públicos, focando na responsabilização dos agentes envolvidos e nos trâmites de comunicação a outras instituições estatais.

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## Questão Discursiva 4

No ano de 2025, o Governo do Estado publicou um edital para a construção de um complexo educacional, adotando o regime de empreitada por preço unitário. Durante a execução contratual, a construtora responsável identificou um erro no projeto executivo que exigia a realização urgente de um serviço de contenção de encostas não previsto na planilha orçamentária original. Para evitar a paralisação da obra, o fiscal do contrato autorizou verbalmente a imediata execução do serviço, comprometendo-se a providenciar o termo aditivo nos meses seguintes.

Posteriormente, a mesma empreiteira atrasou, sem qualquer justificativa técnica plausível, a execução da etapa de cobertura do edifício. O atraso de dois meses fez com que essa etapa ultrapassasse a marca de um ano contada a partir da data-base do orçamento de referência do órgão público. Aproveitando-se do transcurso temporal, a construtora protocolou um pleito exigindo o pagamento do reajuste contratual sobre a parcela atrasada, uma vez que o índice inflacionário do período havia subido. Ao final da obra, a construtora solicitou o recebimento provisório e, ato contínuo, a comissão foi acionada para o recebimento definitivo. Nesse momento, a empresa recusou-se a entregar os projetos "as built", alegando não haver remuneração destacada na planilha para isso, e defendeu que o termo de recebimento definitivo a isentaria de qualquer responsabilidade futura em relação a vícios ou falhas estruturais.

Com base na situação hipotética, redija uma questão discursiva que responda aos seguintes tópicos:

- a) Analise a conduta do fiscal da obra ao autorizar verbalmente a execução de serviços extras, abordando os requisitos formais exigidos pela legislação de licitações para a implementação de alterações contratuais.
- b) Avalie a viabilidade jurídica do pleito de reajuste financeiro formulado pela construtora para o serviço executado fora do prazo, explicitando a regra aplicável a atrasos injustificados.
- c) Discorra sobre a legalidade da recusa da empresa em fornecer a documentação final solicitada e esclareça os exatos efeitos jurídicos do recebimento definitivo sobre a responsabilidade técnica do construtor.

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.*

*Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>

---